
Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais

Bruna Áfrico Pardini¹
Vitor Hugo de Oliveira
Centro Universitário UNIFAFIBE

RESUMO: O gênero é performático, uma forma de expressão da subjetividade humana que não possui relação com as características físicas e biológicas apresentadas por este. A sociedade é compreendida e dividida em normativas binárias de gênero, homem e mulher, determinadas pela existência dos órgãos genitais, causando sofrimento a quem não se encaixa nestes modelos pré-definidos, como as pessoas transexuais, que são constantemente vítimas de discriminação, transfobia e violência. Este artigo utiliza como base para definir a transexualidade a autodeclaração do sujeito enquanto narrativa de sua própria história. Outro conceito importante abordado é o de violência psicológica como sendo um atentado a identidade, autoestima e outras características pessoais do indivíduo, podendo causar grandes consequências para a saúde psicológica e para a vida diária de quem a sofre. O objetivo deste estudo é investigar a transexualidade nos dias atuais e as formas de violência às quais as pessoas trans estão sujeitas, em especial a psicológica, bem como a maneira que estas influenciam em seu cotidiano. O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico e os resultados apontam a existência de violência psicológica constante na vida desta população através do não reconhecimento de suas identidades e seus direitos básicos ao uso de um nome que os representem, uso do banheiro adequado com sua identidade de gênero, saúde, educação e emprego. Da mesma forma, foi perceptível a invisibilidade dessa população perante a sociedade e a falta de pesquisas científicas que embasem conhecimento e ações que possam modificar este cenário.

Palavras-chave: Transexualidade, Gênero, Violência psicológica, Transfobia.

Experiencing transsexuality: the impact of psychological violence in the lives of transgender people

ABSTRACT: The gender is performative, a way of expression of human subjectivity which has no relation to the physical and biological characteristics presented by itself. The society is comprehend and divided into binary gender norms, man and woman, determined by existence of genitals, causing suffering on those who do not fit on these pre-defined models, like the transgender people who are constantly victims of discrimination, transphobia and violence. This article define transsexuality through the self-declaration of the subject as a narrative of his own history. Another important concept addressed is that of psychological violence as an attack on identity, self-esteem and other personal characteristics of the person, and may have great consequences for the psychological health and daily life of those who suffer. The aim of this study is to investigate the transsexuality nowadays and the ways of violence that the transgender people are subject, specially the psychological violence, as well as the way that they influence their daily routine. The research method used was the bibliographic review and the results shows the existence of the constantly psychological violence of this population, through the non-recognition of their identities and their basic rights to use a name that represents them, use of the appropriate bathroom with their gender identity, health, education and employment. Similarly, we can perceive the invisibility in front of the society and the absence of scientific research that could create enough knowledge and actions that could modify this scenario.

Keywords: Transsexuality, Gender; Psychological violence, Transphobia.

¹ Bruna Áfrico Pardini. End. Correspondência: Rua Alfredo Góri, nº 95, Pedro Cavallini, CEP 14784-309, Barretos, SP, Brasil, e-mail: brunapardini@hotmail.com

Introdução

Este artigo se propõe a investigar a transexualidade nos dias atuais, bem como elucidar algumas formas de violência, especialmente a psicológica às quais as pessoas trans estão submetidas e as consequências destas em suas vidas cotidianas. Segundo Butler (2015), a diferenciação entre sexo e gênero se deu para contestar o modelo biologicamente determinante, conceituando o sexo enquanto algo definido pelo órgão genital (homem-pênis e mulher-vagina) e o gênero enquanto construção social. Entretanto, a autora postula que a noção de que o gênero é “culturalmente” aprendido também revela um modo determinista de funcionamento, embora modifique o agente determinante, sendo que este deixa de ser a biologia e passa a ser a cultura. Sobre isso a autora afirma que: Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. (Butler, 2015, p. 28).

Para Butler (2015) o gênero é performático, ou seja, a identidade de gênero configura-se através da expressividade do sujeito de sua própria vivência, de modo que este não é determinado pela cultura ou pelos conhecimentos da biologia e sim pela maneira do indivíduo de experimentar à si mesmo e ao mundo à sua volta.

Alves e Moreira (2015) dissertam acerca de um olhar interessante para se pensar a transexualidade, sendo este a autodeclaração do sujeito enquanto forma de anunciar para a sociedade sua identidade de gênero – que em nada se relaciona ao órgão genital e sim à sua identificação. Sob essa forma de pensar, valoriza-se a narrativa do indivíduo acerca de sua própria história e sobre o seu *ser*, de modo a compreender seu direito à identidade. O contrário a isso seria o determinismo biológico, onde um órgão sexual determina quem o indivíduo deve ser e de que modo sua vida deve ser experienciada. O presente artigo irá considerar a narrativa da pessoa enquanto forma de definição de seu gênero, para evidenciar que este se torna ativo e sujeito de sua própria vida, bem como valorizar seu desempenho de gênero – sua própria expressividade.

Bento (2008) afirma que a sociedade divide o ser humano binariamente e de forma baseada nos órgãos genitais: todos devem ser enquadrados em apenas duas possibilidades de gênero – homem por possuir um pênis ou mulher por possuir vagina, e evidencia o fato de que todos os contextos sociais têm seu funcionamento baseado neste olhar naturalizado, causando sofrimento para os indivíduos que não se encaixam nesta normativa. Evidencia-se diante desse contexto, a necessidade de modificar este olhar, em especial no que concerne às políticas públicas e as garantias de direitos.

Passamani (2014) diz que as expressões de gênero e sexualidade que foge ao olhar naturalizado e normativo estão propensas à preconceito. Abarca-se aqui também a noção de opressão e violência psicológica com os quais se deparam aqueles que transgridem a norma. O autor ainda denota a cultura machista que rege a sociedade como sendo responsável por uma profunda diferenciação psicológica e, porque não, social, entre homens e mulheres que culminaria em espaços cada vez mais divididos para ambos, ajudando a distanciá-los e contribuindo para a estigmatização das pessoas trans.

Da Silva, Coelho e Caponi (2007) conceituam violência psicológica como atentados à identidade e outras características do ser humano, como a autoestima e apontam que estas podem ser por ação ou omissão, uma vez que neste último não há a tentativa de evitar uma exposição à violência psicológica. Tendo este olhar para a violência psicológica, é possível correlacioná-la a situações às quais pessoas transexuais são expostas todos os dias ao não terem suas identidades respeitadas das mais variadas formas, sendo nítida a percepção de que seus espaços na sociedade são pequenos e escassos.

Bonassi *et al.* (2015) explicitam o fato de que as violências psicológicas têm seu início, na maioria das vezes, no ambiente doméstico e podem tomar proporções tais, ao ponto do indivíduo ser expulso de casa como punição por sua identidade de gênero. Nota-se que o ambiente familiar, aquele que deveria ser sinônimo de proteção, por vezes torna-se fonte de humilhações, violência e insegurança.

Métodos

A pesquisa realizada foi de caráter bibliográfico, através de livros e artigos científicos

indexados nas bases de dados: BVS-PSI, Scielo, Google Acadêmico e PEPSIC, bem como banco de dados de universidades brasileiras. Nestas bases de dados foram digitados os descritores: identidade de gênero; transexualidade; violência psicológica e transexualidade; violência psicológica; transexualidade e uso do banheiro; transexualidade e nome social; transexualidade e preconceito; homens trans. Dentro dos artigos encontrados, foram realizadas as leituras dos resumos para selecionar aqueles que melhor contribuiriam para o tema e, em seguida, a leitura completa destes.

Resultados e Discussão

A apresentação e discussão acerca dos resultados encontrados perpassarão situações cotidianas às quais estão submetidas as pessoas transexuais, de modo que seja possível compreender aspectos amplos de suas vidas e os impactos que cada questão levantada pode acarretar. Para que os assuntos possam ser mais bem desenvolvidos, optou-se por subdividi-los em tópicos.

Após explanar sobre tais situações, os resultados serão pensados à luz do conceito de violência psicológica, aplicável nas determinadas situações que serão aqui descritas.

Transexualidade

Silva *et al.* (2016) denota que há uma confusão em diferenciar os termos sexualidade e identidade de gênero, dificultando o entendimento e a atenção especializada voltada para essa população. Os autores afirmam que, por muito tempo, a heterossexualidade enquanto norma foi tida como a vertente correta para a sexualidade, e que, ainda sob essa influência, o gênero e a sexualidade são confundidos. Sexualidade está relacionada à direção do desejo das pessoas, ao passo que o gênero se refere à sua identidade, a quem este indivíduo sente ser.

Silva *et al.* (2016) afirmam que a população trans (abreviação de transexual ou transexualidade) poderia ser definida como pessoas que vivem uma experiência entre gêneros, de modo que estariam entre os gêneros masculino e feminino. Para eles, a população trans é tida como pessoas pertencentes a um gênero oposto ao que lhes foram designados.

Não foi possível encontrar uma definição exata para a transexualidade, sem que esta

estivesse embasada em determinantes biológicos, ou seja, os órgãos genitais, ou ainda culturais, como se apenas a cultura subsidiasse a escolha pelo gênero ao qual a pessoa pertence.

Dessa forma, para a compreensão deste artigo, deve-se considerar o exposto por Alves e Moreira (2015) sobre autodeclaração dos sujeitos, levando em consideração os pensamentos e sentimentos destes próprios em relação à sua expressividade e vivência de gênero e de si mesmos, de modo que estes não sejam sujeitos passivos de uma sociedade que apenas lhes apresenta as fórmulas de gênero nas quais devem se encaixar, mas sim sujeitos ativos de sua própria história, com a possibilidade de dar voz a seus sentimentos e sensações internas.

Nome e o direito à identidade

O nome é a maneira através da qual o indivíduo apresenta – se enquanto pessoa para a sociedade e, de forma geral, a primeira informação concedida acerca de si mesmo à terceiros, de modo que este deve ser capaz de representá-lo e, efetivamente, anunciá-lo. Alves e Moreira (2015, p. 60) denotam a importância do nome na vida das pessoas “O nome revela um papel no mundo, papel subjetivo, social, afetivo, sexual, familiar, entre muitos outros. Ele faz parte dos atos performáticos do cotidiano, reiterando narrativas e discursos do sujeito e do social sobre o sujeito. O nome antecede o corpo, o gênero e o sexo, pois anuncia os mesmos”.

Levando em consideração a definição acima explicitada, torna-se importante uma reflexão acerca do nome utilizado pelas pessoas transexuais, uma vez que seus nomes de registro civil podem, em sua grande maioria, não corresponderem à pessoa que anunciam ser. O nome que lhe é designado no momento de seu nascimento, ainda pautado no binarismo de gênero (homem/mulher – pênis/vagina) aceito socialmente, não corresponde, por vezes, ao desenvolvimento de consciência da pessoa sobre o gênero que melhor lhe contempla. Como alternativa, tem-se o uso do nome social, escolhido pela própria pessoa e que, de acordo com Alves e Moreira (2015), é tido como uma forma de identificação de gênero, sendo capaz de anunciar o indivíduo que o escolheu.

Dias (2015) pontua que o uso do nome correspondente ao gênero do transexual é importante para

proporcionar-lhe o sentimento de pertença e, ainda, ajudar a reduzir situações vexatórias aos quais estes possam ser submetidos em função de um nome que não os represente. Alves e Moreira (2015) apontam que, a partir de 2008, legislações oportunizam o uso do nome social no âmbito da educação e Holanda (2015) coloca que, desde 2011, os trabalhadores de repartições públicas têm o direito de utilização do nome social no ambiente do trabalho. Entretanto, sabe-se que em muitos locais, ainda não há o respeito à tais garantias, forçando-os à serem tratados por nomes e pronomes que não os retrate, causando situações de humilhação e constrangimento. Além disso, trata-se de dois âmbitos sociais que não contemplam a totalidade dos espaços de vivência entre indivíduos transexuais e cisgêneros e, portanto, não são suficientes para oferecer bem-estar e conforto para as pessoas trans em sua relação com o mundo.

Nesse sentido, Dias (2015) ressalta que, de acordo com o resguardo a dignidade da pessoa humana previsto constitucionalmente, não é correto que um indivíduo seja forçado a viver com um nome atrelado a um gênero que não lhe represente em função de preconceitos da sociedade e/ou dificuldades legais relativas ao direito ao nome social. A autora chama a atenção ao fato de que as pessoas trans estão expostas cotidianamente a situações de extremo constrangimento em função do uso do nome de registro civil.

Acessibilidade à educação e emprego

A escola é um espaço para transmissão de conhecimento, socialização e preparação para o futuro: é a partir da base aprendida na escola que outras aprendizagens podem ser realizadas, sendo que muitas profissões têm seu caminho definido pelo ensino fundamental e médio e, em seguida, o ensino superior. Bonassi *et al.* (2015) em pesquisa com pessoas transexuais verificaram que 33,9% dos sujeitos entrevistados haviam parado os estudos, sendo que apenas 25,8% chegaram a concluir o ensino médio. Quando se pensa em ensino superior, os índices são ainda mais alarmantes: segundo os autores, apenas 8,1% desses sujeitos puderam concluir um curso de ensino superior. É possível notar que se trata de índices muito baixos e que denunciam uma realidade que precisa ser observada mais de perto e requer uma intervenção para que possa ser alterada.

Cruz (2008) e Bonassi *et al.* (2015) auxiliam no pensamento acerca das causas de tal realidade, pontuando que essa população encontra dificuldades em manter-se na escola, sendo esses acerca da resistência por algumas pessoas ao uso de seu nome social, conflito no uso do banheiro, bem como dificuldade nos relacionamentos sociais.

Bonassi *et al.* (2015) afirmam que em decorrência da baixa escolaridade, do preconceito da sociedade e do abandono familiar, muitas pessoas transexuais têm como uma das poucas alternativas restantes, senão a única, a prostituição, sendo que, na pesquisa apresentada por eles, 58% dos sujeitos trabalhavam como profissionais do sexo. Os autores ainda revelaram que haviam, entre os participantes da pesquisa, pessoas que não possuem Carteira de Trabalho e/ou não contribuem com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), bem como há ainda aqueles que sequer possuem Carteira de Identidade (RG). Realidades como essas parecem distantes, entretanto conforme apresentado, representa a situação atual de muitas pessoas transexuais no Brasil. É possível perceber a invisibilidade dessas pessoas no meio social - visto que algumas sequer possuem documentação mínima, ou seja, sequer são consideradas cidadãos, pessoas de direitos e deveres; pode-se também prever problemas em decorrência destas realidades: em caso de doenças, acidentes, aposentadoria ou condições que impossibilitem o exercício profissional, quem é responsável por garantir à estas pessoas condições dignas de vida, se elas não estão cobertas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e/ou sequer tem suas identidades reconhecidas?

Bento (2008) diz que a sociedade, por vezes, acredita que as pessoas transexuais realizam as mudanças corporais para viverem da prostituição, entretanto é o contrário: o preconceito e a violência com que são tratados forçam-os a este caminho profissional. A autora ainda chama a atenção para a violência à qual estão submetidos os profissionais do sexo, que são brutalizados e marginalizados.

Saúde e identidade de gênero

A transexualidade ainda é vista nos manuais classificatórios como uma patologia. A “Classificação Estatística de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – décima versão” (CID 10, p.210) a classifica como um subtipo de transtorno de identidade sexual, F64.0 “Transexualismo” como sendo um desejo de

viver socialmente como o sexo oposto ao biológico e condiciona esse contexto à insatisfação corporal e a consequente vontade de realizar cirurgias para “adequação corporal” enquanto define como “Transvestismo de duplo papel” (F64.1) aludido à uso de vestimenta de roupas do ‘sexo oposto’ sem qualquer intenção de mudanças corporais para adequação corporal à outro sexo. Pontua ainda o F64.2 “Transtorno de identidade sexual na criança com critérios específicos para designar o que seria um desconforto relacionado ao sexo que lhe foi designado no público infantil. Já o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V – DSM V (2014) classifica o conceito de Disforia de Gênero para designar pessoas cuja vivência de gênero difere daquela que lhe foi imposta no nascimento e oferece critérios diferentes para o diagnóstico em crianças, adolescentes e adultos.

Jesús (2013), em pesquisa sobre o conceito de patologização e despatologização das identidades transexuais, levanta que os movimentos sociais que lutam pelos direitos da população transexual ainda se sentem desconfiados em relação à despatologização, em função do medo de perder os poucos direitos conquistados em relação à saúde das pessoas trans ainda atrelados ao diagnóstico patologizante. Em contrapartida, o discurso despatologizante defende que os mesmos direitos deveriam ser ofertados sem a necessidade de um diagnóstico e sim de acordo com a identidade de gênero de cada indivíduo.

Teixeira (2009) e Bonassi *et al.* (2015) problematizam o fato de que o direito à saúde e identidade da pessoa trans está atrelado à visão da transexualidade enquanto doença, uma vez que, para garantir o direito à terapia hormonal e o acesso às possíveis cirurgias para a modificação de algum aspecto do corpo que cause desconforto relacionado à transexualidade, é necessário ter o diagnóstico fechado, bem como acompanhamento psicológico. Portanto, é possível pensar que, para haver a despatologização das identidades transexuais, é importante haver uma modificação na forma de acesso à saúde, tornando estes processos independentes de um diagnóstico.

A saúde das pessoas transexuais ainda é um tópico novo no campo de pesquisa, e que precisa ser explorado pelas diversas áreas de conhecimento da saúde, a fim de construir ações mais embasadas cientificamente e melhorar a qualidade de vida dessa população. Pierre (2015), através da fala de Lam

Matos, homem trans e vice-presidente do IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidade) vem chamar a atenção ao fato de que ainda existem poucas pesquisas que se destinam a compreender os efeitos das terapias hormonais à longo prazo na vida e saúde das pessoas transexuais, sendo esta apenas uma das demandas necessárias e passíveis de pesquisas. Não obstante, Bonassi *et al.* (2015) salientam também que, para a Psicologia, a transexualidade ainda se configura em algo pouco explanado e, como consequência, que ainda gera dúvidas quanto à suas especificidades.

O acesso dessa população à saúde também é precário. Bonassi *et al.* (2015, p. 89) encontraram em sua pesquisa que “Apenas 26% dessas pessoas possuem plano de saúde, 67% disseram que nos últimos doze meses acharam que precisavam de consulta médica, mas não procuraram e 82% relataram nunca ter feito exame de próstata ou ginecológico”. Os autores levantam possíveis causas que os levariam a evitar atendimento médico, entre eles, a falta de respeito ao nome social, causando situações de grande constrangimento frente às pessoas desconhecidas. Têm-se também situações de omissão, negligência ou descaso para com a pessoa trans nos locais de saúde. Tal situação denuncia a falta de preparo dos profissionais em receber essa demanda e que pode acarretar problemas de saúde para essa população, uma vez que não há o atendimento às suas demandas de saúde e também não é possível realizar serviços de prevenção.

Silva *et al.* (2015) também dissertam acerca da falta de preparo dos profissionais e da saúde em geral para o atendimento dessa demanda e levantam a vulnerabilidade da população trans às doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo o desenvolvimento de psicopatologias como depressão, ansiedade, entre outras, uma vez que não há uma atenção dos setores de saúde e em função da precariedade da vida em todos os setores sociais aos quais a maioria deles estão inseridos. Pode-se aqui relacionar a exposição às doenças sexualmente transmissíveis à maior fonte de trabalho e renda das pessoas trans, conforme explanado anteriormente, que é a prostituição e a violência às quais são submetidos em decorrência da mesma, podendo sujeitar-se a não utilizar os métodos de proteção - quando pressionados a não usá-los, pois é preciso conservar esta única fonte de sobrevivência.

Violência psicológica e transexualidade

Segundo Oliveira e Porto (2016 como citado Antunes, 2010) a expectativa de vida de travestis e transexuais no Brasil é, em média, 35 anos enquanto a população geral em 2013 é de 74,9 anos. Os autores pontuam que as maiores causas para esse grande índice de mortalidade são: violência transfóbica, infecção por HIV/AIDS e intervenções médicas clandestinas.

As pessoas transexuais estão sujeitas a diferentes formas de violência, sendo que Cruz e Sousa (2014) afirmam que o termo transfobia pode ser utilizado para designar a violência direcionada as pessoas transexuais e as travestis, de forma que todas as violências aqui citadas podem ser consideradas transfobia. Bonassi *et al.* (2015), em pesquisa com pessoas transexuais, revelaram que, entre os sujeitos entrevistados, os tipos de violências à que foram submetidos, em ordem quantitativa, foram: discriminação 87%, violência psicológica 76%, violência física 62%, violência institucional 43%, negligência 39%, violência sexual 30%, abuso financeiro 21%, tortura 9%, trabalho escravo 7%, tráfico de pessoas 4% e exploração infantil 3%.

Neste artigo, será dada ênfase à violência psicológica que, segundo Ministério da Saúde, define-se como “toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa” (Brasil, 2002, p. 20), tendo como exemplos práticas como insultos constantes, humilhação, ridicularização, entre outras possibilidades. Com base nessa definição, pode-se relacionar este conceito com os tópicos apresentados até o momento, tendo em vista que deslegitimar a identidade das pessoas trans, ao negar-se à trata-los de acordo com o gênero e nome correspondente, e coibir a utilização do banheiro de acordo com o gênero que melhor lhe representa são ações que causam danos à autoestima e à identidade da pessoa em questão.

Do mesmo modo, ao dificultar o acesso à educação e, conseqüentemente, a uma oportunidade de trabalho diferente da prostituição, causam não apenas danos à autoestima e à identidade, como afeta diretamente o desenvolvimento dessas pessoas, uma vez que os impede de apoderar-se de conhecimentos acadêmicos e da possibilidade de aprimorar potencialidades e habilidades através das quais poderiam obter uma vaga no mercado de

trabalho formal e uma forma de vida com mais acessibilidade à direitos e saúde.

A invisibilização das pessoas transexuais causa danos à identidade e autoestima dos mesmos, uma vez que a sociedade muitas vezes não os reconhece em seus gêneros autodeclarados, ignorando sua narrativa de gênero e denominando-os de forma que não condiz com suas vivências. Além disso, dificulta o olhar mais atento e próximo às demandas específicas desta população, bem como a elaboração de políticas públicas que correspondam a tais demandas.

Bonassi *et al.* (2015) pesquisaram acerca de violências psicológicas sofridas por pessoas trans e expõem a dificuldade no entendimento do termo “violência psicológica” por parte dos entrevistados, bem como o fato de que este tópico está tão arraigado no cotidiano das pessoas transexuais que, quando perguntadas, muitas pessoas não conseguem identificar essas situações como um tipo de violência por serem constantes em seus dias. Diante disso, torna-se necessário refletir acerca de uma realidade onde a violência faz parte do esperado para o dia-a-dia, e o respeito à identidade é sempre o comportamento recebido com surpresa, sendo possível perceber que há uma situação de grande vulnerabilidade na população trans. As situações de violência psicológica encontradas pelos autores na pesquisa foram: humilhação 68%, hostilização 55%, ameaça 56%, calúnia/injúria/difamação 54%, perseguição 36% e chantagem 26%, sendo que ainda 66% das pessoas que responderam à pesquisas já sofreram discriminação em função de sua identidade de gênero.

A partir do entendimento dos dados encontrados por Bonassi *et al.* (2015), desenha-se um cenário onde a violência psicológica é uma constante na vivência das pessoas transexuais, acompanhando-os em todos os contextos por onde passam: família, escola, emprego, espaços públicos e até mesmo em discursos encontrados no dia-a-dia que visam desacreditar a identidade de gênero que não se delimita à partir do órgão sexual, entretanto ainda há poucos estudos correlacionando os dois conceitos.

Silva (2013) disserta acerca da discriminação sofrida pelas pessoas trans e outros integrantes da comunidade LGBT que tem sua existência como alvo de piadas, jogos de palavras e expressões vexatórias, piadas e comentários preconceituosos.

Pode-se afirmar ainda que essas pessoas têm sua imagem atrelada a estereótipos que não podem representar todas as pessoas trans e que desconsideram suas subjetividades.

Considerações Finais

As pessoas transexuais contam com poucas oportunidades de desfrutar de direitos que lhes deveriam ser assegurados enquanto cidadãos e as consequências disso apresentam-se na baixa escolarização dessa população que acarreta, junto a transfobia, o pequeno número de pessoas trans inseridas no mercado de trabalho formal, sendo que muitas delas precisam recorrer à prostituição como caminho de sobrevivência.

Os resultados encontrados através desta pesquisa demonstram que a população trans na realidade brasileira é um grupo em vulnerabilidade à violência, sendo possível perceber a importância de pesquisas que se proponham a conhecer essa realidade de modo que possam embasar políticas públicas e programas sociais que visem acolher e trabalhar as demandas dessa população em uma tentativa de reduzir a vulnerabilidade à doenças, a violência e a prostituição.

Denota-se que a psicologia é um campo do saber científico que pouco se propõe a pesquisar sobre as pessoas trans, ainda que esteja diretamente relacionada à saúde destes pacientes, uma vez que as cirurgias para a mudança de aspectos corporais relacionados à transexualidade ainda contam como um dos pré-requisitos o acompanhamento psicológico. É importante que a psicologia amplie seus conhecimentos sobre o assunto, de forma que os profissionais possam pensar intervenções que propiciem maior qualidade de vida nos aspectos psicológicos e sociais e promovam autonomia e acolhimento.

O cenário da violência vivenciada pela população trans torna necessário refletir sobre vidas onde a discriminação e a violência psicológica é a regra vivida diariamente e não a exceção. Torna necessário pensar sobre a saúde psicológica de pessoas às quais é negada sua própria existência e as quais seus discursos são silenciados, sua concepção acerca de si mesmo é invalidada, ou seja, pessoas que não se enquadram na norma do binarismo de gênero e, por causa disso, estão em constante tentativa de encaixar-se em uma sociedade que as invisibiliza.

Como demonstrado e discutido nos resultados, o preconceito contra aquilo que se diferencia das normativas sociais reflete-se na vida das pessoas transexuais, de modo que estes não se sentem pertencentes à sociedade e suas tentativas de convivência em determinados setores importantes para a garantia de direitos e cidadania como a família, escola e o trabalho formal se tornam intoleráveis, trazendo consequências que aumentam os índices de prostituição, doenças e vulnerabilidades. Portanto, é seguro afirmar que ações de combate a transfobia são necessárias para que este cenário possa ser modificado e os espaços vistos como ameaçadores possam se tornar sinônimo de proteção, acolhimento e segurança.

Com base nestas reflexões, pretende-se que este artigo possa auxiliar para a elaboração de novas e necessárias pesquisas sobre o tema e que possa servir como mais um embasamento para a elaboração de ações que favoreçam essa população.

É importante ressaltar também que os homens e mulheres transexuais possuem diferentes demandas em serviços como saúde, segurança, educação, entre outros e é necessário que pesquisas sejam realizadas a fim de descobrir as especificidades de cada público e que as necessidades possam ser cobertas, de modo que não se exclua um destes durante a elaboração de programas para melhor atendê-los. Pensando nisso, lembra-se que as pesquisas que contemplam os homens trans são ainda mais escassas.

Para finalizar, é possível perceber que esta é uma realidade que requer mudanças para garantir uma melhor qualidade de vida para a população trans e diminuir a transfobia, sendo que esta mudança deve ocorrer dentro da sociedade como um todo, de modo que possa minimizar as diferenças sociais entre essa população e o restante da sociedade.

Referências

- Almeida, G. (2012). Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista de Estudos Feministas*, 20(2), 513-523. Recuperado em 20 de fevereiro de 2106 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012
- Alves, C. E. R., & Moreira, M. I. G. (2015). Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras.

- Quaderns de Psicologia*, 17(3), 59-69. Recuperado em 20 de março de 2016 de <http://www.raco.cat/index.php/QuadernsPsicologia/article/viewFile/303189/392825>
- Bento, B. (2004). Borboletas da vida. Direção de Vagner de Almeida. Abia, 38 min. BASTA um dia. Direção Vagner de Almeida. Abia, 2006, 55mi. *Bagoas – Estudos gays: Gêneros e sexualidades* 2(2), 253-257, 2008. Recuperado em 20 de abril de 2016 de <http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2278/1711>
- Bonassi, B.C. et al. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 83-98. Recuperado em 10 de março de 2016 de <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al/1283-pdf-pt>
- Butler, J. P.(2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (8a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cruz, E. F. (2011). Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Revista de psicologia política*. 11(21), 73-90. Recuperado em 20 de março de 2016 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007
- Cruz, M. S., & Sousa, T. S. (2014). Transfobia mata! Homicídio e violência na experiência trans. In: CONPEDI / UFSC. Daniela Menengoti Ribeiro, Gilmar Antonio Bedin, Mauro José Gaglietti.. (Org.). *Direito internacional dos direitos humanos II*. 1a. ed. p. 438-458. Recuperado em 10 de outubro de 2016 de <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4e00844f94e3625d>
- Da Silva, A. K. L. S. (2013). Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. [Versão eletrônica], *Rev. NUFEN*, 5(1), 12-25, Janeiro-Julho. Recuperado em 09 de maio de 2016 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v5n1/a03.pdf>
- Da Silva, L. L., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, 11(21), 93-103. Recuperado em 18 de maio de 2016 de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n21/v11n21a09.pdf>
- Dias, D.G. (2008). Transexual: Possibilidade de retificação do prenome no assento de registro civil, em face da não realização da cirurgia de redesignação de sexo. *Revista jurídica direito, sociedade e justiça*, 1(1). Recuperado em 20 de março de 2016 de <http://periodicosonline.uems.br/index.php/direitosedireitos/article/view/710/656>
- Holanda, M. (2015). Caso Ana Clara: a utilização de banheiros públicos por transexuais. *Casoteca de Gestão Pública*, 9, p. 1-6. Recuperado em 20 de março de 2016 de <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/2352/caso%20ana%20clara.pdf?sequence=1>
- Jesús, B. M. (2013). *Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas*. Manuscrito. Recuperado em 16 de abril de 2016 de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5247/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bento%20Manoel%20de%20Jes%C3%BA%20-%202013.pdf>
- Oliveira, J. F. Z. C., & Porto, T. C. (2016, agosto). A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso a educação. *Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo, RS, Brasil, v.4, Recuperado em outubro de 2016 de <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/649>
- Passamani, G. R. (2014). Meninos não choram e a experiência transexual nas fronteiras de gênero, sexualidade e machismo. *Gênero na Amazônia*, (6), 213-229. Recuperado em 20 de abril de 2016 de http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-6/artigos/10_Meninos_ nao_ Choram.pdf
- Pierre, E. (2015). *TRANSparência: As Pessoas Reais Por Trás do Termo Transexualidade*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Tecnologia e ciências sociais aplicadas (FATECS), Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) Brasília, Distrito Federal. Recuperado em 16 de abril de 2016 de <http://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7664/1/21436622.pdf>
- Silva, A. J. et al. (2015). Os serviços de saúde e as experiências de travestis e transexuais. *Anais do Seminário Enlaçando Sexualidades*, Salvador, Bahia. Recuperado em 16 de abril de 2016 de

-
- <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/osservicos.pdf>
- Silva et. al. (2016). Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(2), 1-7. Recuperado em 20 de agosto de 2016 de <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n2/0102-6933-rgenf-1983-144720160256407.pdf>
- Silva, S. V. M. (2011). Transexualidade e discriminação no mercado de trabalho. *Anais do III Seminário Nacional: Gênero e práticas culturais, olhares diversos sobre a diferença*, João Pessoa, PB.
- Teixeira, F. B. (2011). Pessoas (transexuais): dimensões sociais de vidas (in)determinadas pela ciência. *Revista de Estudos Femininos*, 19(2), 631-633. Recuperado em 20 de março de 2016 de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a28.pdf>

Recebido em 09/06/2017
Versão final em 30/09/2017
Aceito em 30/09/2017